

# *UMA RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA NAS PRÁTICAS FONOAUDIOLÓGICAS NO BRASIL*

*Ruth Ramalho Ruivo Paladino*

**A Normatização da língua nacional.**

**Práticas fonoaudiológicas, 1920-1940.**

*Ana Paula Berberian: Dissertação de Mestrado em  
Distúrbios da Comunicação, PUC-SP, 1993*

É difícil, para não dizer impossível, ler esta tese aos poucos, por partes. Sua leitura é envolvente, uma escrita fluente sobre um trabalho cuidadoso de pesquisa feito objeto de extensa reflexão. Se, num primeiro momento envolvente, num outro, imprescindível, porque relata e analisa, numa perspectiva histórica, acontecimentos interessantes e importantes que explicitam os primórdios da prática fonoaudiológica.

Durante sua pesquisa, a autora acaba voltando seu olhar para o começo deste século, especificamente para o projeto de implantação do Estado Novo, um fato histórico fundamental para sua reflexão.

Na primeira década do século, o país, no começo de sua empreitada fabril, se depara com uma enorme diversidade cultural e moral – em função da intensa imigração e da constante migração dos próprios brasileiros, principal-

mente do norte para o sul – que é apontada como causa principal da dificuldade na organização do trabalho com vista a um maior e melhor desenvolvimento, um salto para a modernidade. Diversidade definida como anormalidade, “patologia social” e, portanto, a ser extirpada. Explodem movimentos “reformistas e moralizadores”, que tinham como objetivo a “cura” desta doença a ser alcançada pela homogeneização radical da população. É o começo da construção do Estado Novo, cuja meta, era a da “unidade nacional”, um projeto que incluía a caracterização e unificação de uma língua, a língua pátria. Incluía e dela dependia: “era necessário extirpar de suas falas os inúmeros sotaques e pronúncias, pois nestes se apresentavam a heterogeneidade da população, considerado o principal fator do atraso e da desagregação nacional” (p.104). A língua pátria passou, obrigatoriamente, a referencial exclusivo para a determinação da anormalidade, os “delicados problemas na cultura nacional” (p.107) e deveria, por sua vez, ser corrigida, já que comprometia a transmissão do ideal pátrio, um sentido a ser garantido a qualquer custo.

A escola, obviamente, foi eleita o lugar de controle da língua, da forma que, em última instância, operava o controle do sentido vigente, o “conteúdo nacional”.

Se a escola exerce o controle da língua, aí está prevista, por obrigação, a lida com a anormalidade, com os ditos “desvios lingüísticos”. Se o controle pleno é exercido na escola, ele o é pelo professor. Relata a autora: “a educação da fala esteve incluída no curriculum escolar, tanto na formação das crianças como dos próprios professores” (p.101). Eis, então, o nascimento pedagógico da fonoaudiologia.

Dois pontos fundamentais para uma reflexão sobre a fonoaudiologia aí estão postos: o da natureza desta prática e a concepção de linguagem que a ela subjaz.

A concepção de linguagem que está no bojo do projeto de unificação nacional é a de que linguagem é comunicação e, assim, é privilegiado o conceito de língua. A questão do sujeito e a do sentido ficam, pois, excluídas. Esta concepção reverbera na definição da patologia, tomada como desordens da comu-

que um tal assentamento teórico traz – até hoje – para a fonoaudiologia? Qual a sua responsabilidade na difícil tarefa de se teorizar esta prática e fazer dela uma terapêutica, no sentido da *práxis*?

O fato de eu ter destacado duas questões implicadas neste trabalho, não significa que seu alcance aí se limite. Qualquer apresentação é reducionista: há de se escolher o pouco no meio do muito. Uma coisa ingrata essa, a de apresentar. Ingrata mas, no caso desta tese, prazerosa porque me colocou de frente com um trabalho muito instigante e muito fértil.

*Recebido em abr/94; aprovado em jun/94.*